



Relatório da Administração 2011



Aos Senhores Acionistas e à Sociedade

A administração da **J. Macêdo S.A.** (“Companhia”), dentro do seu compromisso com a geração de valor para o Acionista e com a transparência, submete a apreciação de V.S.^{as} o resultado do exercício de 2011. As demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas em nosso País, fundamentadas na Lei das Sociedades por Ações e nas regulamentações emanadas da CVM, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

Mensagem da Administração

Aos Senhores Acionistas e à Sociedade,

Ao longo de todo o ano de 2011, a J.Macêdo trabalhou fortemente para promover o foco em lucratividade, por meio da melhoria contínua de processos e de um intenso trabalho de estímulo à cultura de alta performance junto aos seus funcionários.

Chegamos ao final de 2011 com importantes melhorias na lucratividade e no Ebitda.

O Orçamento Matricial, implantado em 2010, foi seguido de forma consistente, o que proporcionou bons resultados na redução de custos e despesas.

Os avanços desenvolvidos na gestão tributária da Companhia em 2011, assim como a melhoria da qualidade do endividamento, com a busca constante de prazos mais longos a custos menos dispendiosos, seguem contribuindo para a saúde financeira e solidez da Companhia.

A J. Macêdo, ciente de seus desafios e com expectativa positiva, inicia 2012 com processos mais eficientes e uma estrutura de despesas mais enxuta. Este ano, pretendemos consolidar os avanços que obtivemos em 2011 com o intuito de continuar avançando na lucratividade e na melhoria do nível de serviço oferecido ao cliente.

Agradecemos aos clientes e fornecedores, aos nossos funcionários, bem como aos acionistas e investidores pela colaboração e confiança depositada em nosso trabalho.

DESEMPENHO DO TRIGO

No ano de 2011 o trigo mostrou comportamentos distintos no primeiro e segundo semestre. O ano iniciou com a vigência da proibição das exportações de trigo da Rússia, restrições da Ucrânia, e estimativas de uma safra menor na Argentina. Este cenário manteve a tendência de alta no mercado internacional iniciada em julho/10. Ainda que os estoques mundiais de trigo fossem confortáveis, as perdas na safra americana de milho e as baixas projeções de suprimento de soja e milho no mercado americano sustentaram os preços das commodities agrícolas. Com a liberação das exportações russas e as excelentes condições de colheita na Europa, os preços da Bolsa de Kansas recuaram no mês de junho USD 80/t. Os embarques de trigo argentino continuaram dependentes da disponibilidade das Licenças de Exportação fornecidas pelo Governo Argentino. Como referência, os preços FOB Argentina iniciaram 2011 a USD 300/t, atingiram o pico em maio a USD 360/t e terminaram cotados em dezembro a USD 230/t.

A safra de trigo nacional, colhida no final de 2011, foi estimada em 5,8 milhões de toneladas, com redução de produção no Paraná e recorde no Rio Grande do Sul. A qualidade da safra 2011 foi desuniforme, mas o consumo de 2011 foi na sua maioria de trigo produzido em 2010, com boa qualidade. Houve necessidade de intervenção do Governo Federal para garantir o pagamento dos preços mínimos oficiais aos produtores através de leilões de PEP (Prêmio de Escoamento de Produto) no início e no final do ano, que viabilizaram o escoamento de excedentes, principalmente para exportação e, em menor volume, para os moinhos do Norte e Nordeste do Brasil.

O mercado de trigo, tanto no Brasil como na Argentina, permanece com seus preços finais influenciados por ações dos dois governos: pelo controle dos registros de exportação na Argentina e pela intervenção do governo brasileiro através de leilões PEP e de venda de seus estoques. A valorização das commodities agrícolas e as preocupações com a garantia de abastecimento de alimentos básicos a baixo custo têm levado os governos a intervenções cada vez mais frequentes no comércio de grãos e dificultado a elaboração de estratégias de abastecimento de maior prazo nas empresas privadas.

Nas principais fontes de abastecimento da Companhia, os preços do quarto trimestre apresentaram o seguinte comportamento: no trigo argentino FOB, valores entre US\$ 260/t e US\$ 230/t e, no trigo nacional paranaense FOT, valores entre R\$ 440/t e R\$ 480/t. O trigo americano tipo “hard” foi cotado entre USD 255 a USD 300 FOB Golfo do México.

MERCADO DE CONSUMO DOMÉSTICO

No segmento de consumo doméstico, a receita bruta da J.Macêdo no 4T11 subiu 10% impactada pelo aumento nos volumes em relação à igual período de 2010. Em relação ao 3T11, a receita subiu 5%, também por crescimento de volume. J. Macêdo liderou o aumento de preços com objetivo claro de proteção de suas margens. No total do ano de 2011, no consumo doméstico, J.Macêdo obteve crescimento de 3% na receita, impactada pelo volume 8% menor, com preços 12% superiores, influenciados pelo aumento de 17% nos preços médios de trigo neste período. As margens ficaram melhores: 27,1% no total do ano de 2011 vs. 24,9% em 2010. Os mercados de Farinhas e Massas retraíram 7,8% e 4,5%, respectivamente, segundo a AC Nielsen.

VENDAS

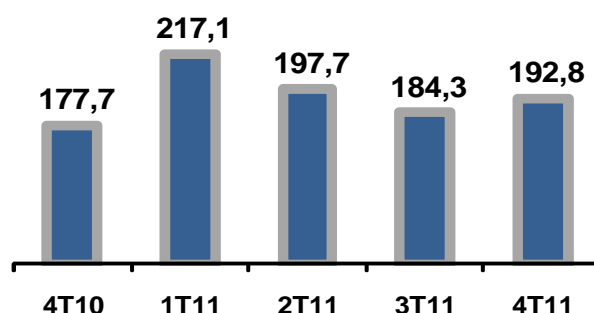
O volume de vendas total atingiu 192,8 mil toneladas no quarto trimestre de 2011, um volume 8,5% maior que o mesmo período de 2010. Excluindo o volume de outros, fechamos o trimestre com 174,7 mil toneladas, um crescimento de 9,2% comparando com o quarto trimestre de 2010.

O volume de vendas total atingiu 791,9 mil toneladas no total do ano de 2011, uma redução de 4,1% em relação ao ano de 2010. Da mesma forma, excluindo o volume de outros, fechamos o ano de 2011 com volume de 659,2 mil toneladas, uma queda de 9,6% em relação ao ano anterior.

Toneladas	4T11	4T10	4T11 X 4T10 (%)	2011	2010	2011 X 2010 (%)
Farinha Doméstica e Farelo	117.972	109.649	7,6%	452.231	510.456	-11,4%
Massa	38.549	33.893	13,7%	139.537	147.396	-5,3%
Mistura para Bolo	12.223	10.029	21,9%	43.600	43.431	0,4%
Biscoito	4.746	5.138	-7,6%	19.865	21.256	-6,5%
Sobremesa *	953	985	-3,2%	2.862	5.285	-45,8%
Fermento	262	324	-19,1%	1.065	1.349	-21,1%
Subtotal Consumo	174.705	160.018	9,2%	659.160	729.173	-9,6%
Outros	18.089	17.632	2,6%	132.719	96.283	37,8%
Total J.Macêdo	192.794	177.650	8,5%	791.879	825.456	-4,1%

* Nova fórmula com redução do peso líquido, garantindo mesmo rendimento, impacta a comparabilidade direta dos volumes

Volume de Vendas
(em toneladas)



DESEMPENHO POR LINHA DE PRODUTO - CONSUMO

▪ Farinhas:

Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Farinhas Domésticas caiu 7,8%, enquanto a participação de mercado da J.Macêdo caiu de 26,9% para 25,7% no ano móvel 2010 vs. 2011.

A categoria de Farinhas Domésticas representou 36,7% da receita da Companhia em 2011. No quarto trimestre, a receita aumentou 6% em relação ao mesmo período de 2010. Comparada ao 3T11, receita cresceu 5%. No total de 2011, a receita de Farinhas Domésticas apresentou crescimento de 4%. J.Macêdo continua seguindo a estratégia de melhoria da rentabilidade do negócio de Farinhas, buscando o equilíbrio mais saudável entre volumes, receitas e margens.

▪ Massas:

O mercado de Massas, se retraiu em 4,5% considerando a média móvel de 2011 em relação a 2010, segundo a cobertura ACNielsen. A participação de mercado da J.Macêdo caiu de 10,6% para 9,5% no período. Nos últimos meses, a participação da Companhia neste segmento esteve estável.

Massas representaram 25,7% da receita da Companhia em 2011. No quarto trimestre, a receita da J.Macêdo cresceu 10% em comparação com o 4T10. Em relação ao 3T11, a receita aumentou 7%. No total de 2011, a receita de Massas apresentou um crescimento de 1% em relação ao ano de 2010.

Mantivemos nossa estratégia na “categoria-foco”, buscando volumes com margens saudáveis, por meio do reposicionamento das marcas e da concentração das ações em segmentos e regiões em que é possível obter maior valor agregado.

▪ Misturas:

O mercado de Misturas apresentou retração de 2,9% em volume, segundo a ACNielsen, na média móvel de 2010 em relação a 2011. A participação de mercado da J.Macêdo caiu de 35,9% para 32,8% no ano móvel 2010 vs. 2011.

Esta categoria representou 11,3% da receita da Companhia em 2011. No quarto trimestre a receita cresceu 29% comparando com o mesmo período de 2010. Em relação ao 3T11, houve aumento de receita 9%. No total de 2011, a receita de Misturas apresentou crescimento de 9% em comparação ao ano de 2010.

▪ Outras categorias:

A categoria de Biscoitos, que representou 5,9% da receita da Companhia em 2011 e apresentou crescimento de 10% na receita em comparação ao ano anterior.

A receita da categoria de Sobremesas, que representou 2,5% da receita da Companhia em 2011, apresentou redução de 5% comparados com 2010.

A categoria de Fermentos, que representou 1,5% da receita da Companhia em 2011, apresentou redução de 16% em receita em comparação com 2010.

Desempenho Econômico-Financeiro

PRINCIPAIS INDICADORES

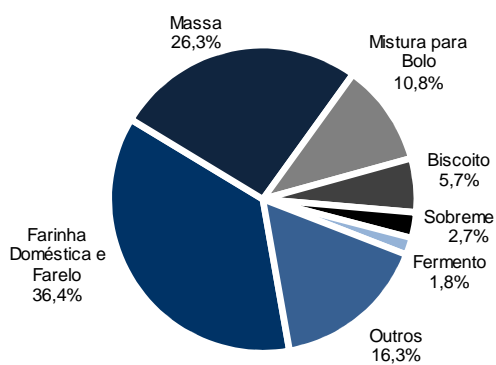
Descrição	4T11	4T10	4T11 X 4T10 (%)	2011	2010	2011 X 2010 (%)
Receita Bruta	361,5	327,8	10,3%	1.399,3	1.346,6	3,9%
Receita Líquida de Impostos	321,8	286,8	12,2%	1.226,0	1.179,6	3,9%
Lucro Bruto	108,0	96,7	11,7%	385,1	369,7	4,2%
Lucro Bruto/ Receita Líquida (%)	33,6%	33,7%	-0,1 p.p.	31,4%	31,3%	0,1 p.p.
Resultado antes do IR	17,4	2,5	596,0%	32,6	13,6	139,7%
Margem Operacional (%)	5,4%	0,9%	4,5 p.p.	2,7%	1,2%	1,5 p.p.
EBITDA*	67,6	43,9	54,0%	67,6	43,9	54,0%
Margem EBITDA (%)*	5,5%	3,7%	1,8 p.p.	5,5%	3,7%	1,8 p.p.

* 12 últimos meses

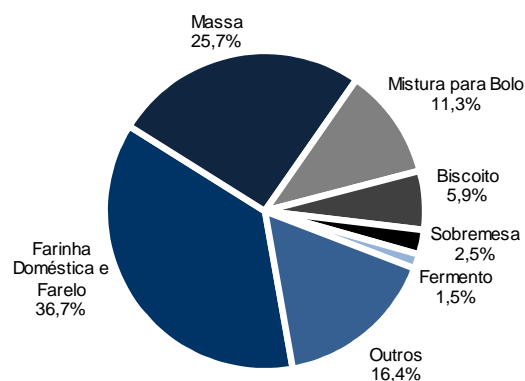
RECEITA BRUTA

A receita bruta no 4T11 totalizou R\$ 361,5 milhões, 10,3% superior aos R\$ 327,8 milhões registrados no 4T10, refletindo o aumento de volume vendido no trimestre com a manutenção dos preços, preservando nossas margens. O gráfico a seguir ilustra a composição da receita bruta da Companhia nos anos de 2010 e de 2011:

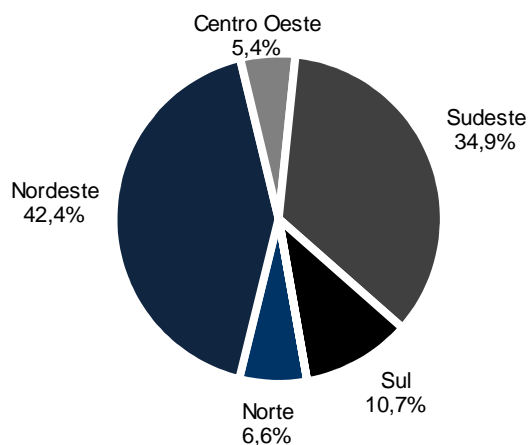
Composição da Receita Bruta 2010



Composição da Receita Bruta 2011



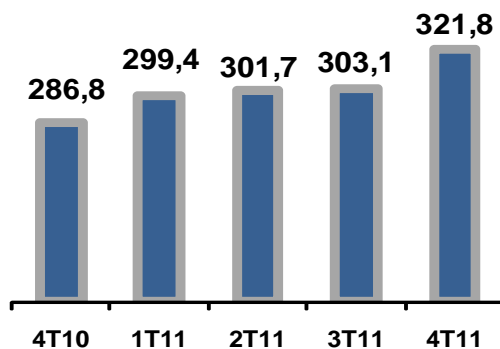
Composição da Receita Bruta por Região



RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da J.Macêdo somou R\$ 321,8 milhões no 4T11, um crescimento de 12,2% em relação ao mesmo período de 2010.No total do ano, houve crescimento de 3,9%.

Receita Líquida
(R\$ milhões)



CUSTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS

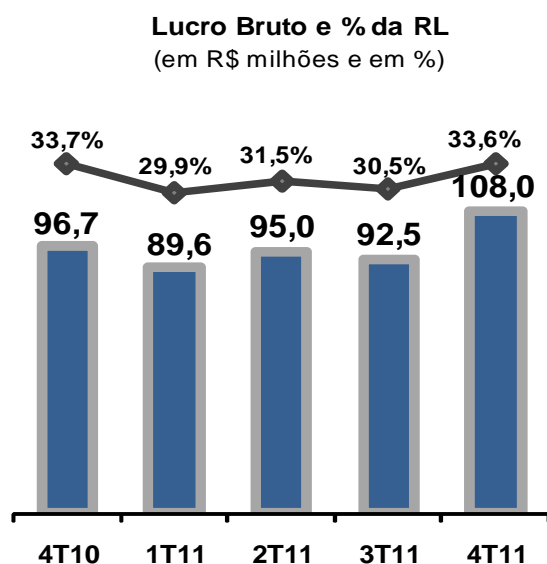
Os custos de bens e/ou serviços vendidos no 4T11 totalizaram R\$ 213,8 milhões, equivalentes a 66,4% da receita líquida, comparados aos R\$ 190,1 milhões (66,3% da receita líquida) registrados no 4T10.

No total do ano de 2011, os custos de bens e/ou serviços vendidos totalizaram R\$ 840,9 milhões, equivalentes a 68,6% da receita líquida, comparados aos R\$ 809,9 milhões (68,7% da receita líquida) registrados no ano de 2010.

LUCRO BRUTO

O lucro bruto do 4T11 foi de R\$ 108,0 milhões, um acréscimo de 11,7% em relação aos R\$ 96,7 milhões registrados no 4T10 e 16,8% maior que o 3T11. No trimestre, este lucro representa 33,6% da receita líquida enquanto no mesmo período do ano anterior, representava 33,7%.

No total do ano de 2011, o lucro bruto foi de R\$ 385,1 milhões, um crescimento de 4,2% em relação aos R\$ 369,7 milhões registrados no ano de 2010. No período, este lucro representa 31,4% da receita líquida enquanto no mesmo período do ano anterior, representava 31,3%.



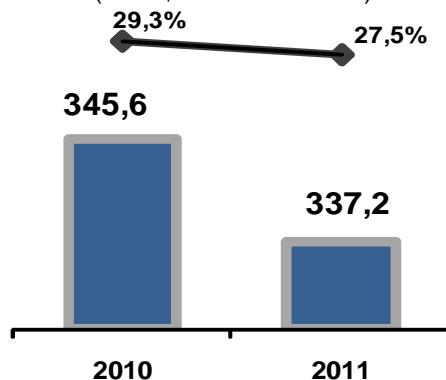
DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais do 4T11 totalizaram R\$ 86,6 milhões, correspondentes a 26,9% da receita líquida do mesmo período, 4,6% abaixo dos R\$ 90,8 milhões registrados no 4T10 (31,7% da receita líquida). No total do ano de 2011, as despesas operacionais totalizaram R\$ 337,2 milhões, correspondentes a 27,5% da receita líquida do mesmo período, 2,4% abaixo dos R\$ 345,6 milhões registrados no ano de 2010 (29,3% da receita líquida).

Excluindo o impacto de outras despesas/receitas e de depreciação/amortização, as despesas do 4T11 foram de R\$ 88,2 milhões, correspondentes a 27,4% da receita líquida do mesmo período, mesmo valor registrado no 4T10 (30,8% da receita líquida).

Despesas Operacionais	4T11	4T10	4T11 X 4T10 (%)	2011	2010	2011 X 2010 (%)
Vendas	(60,7)	(58,9)	3,1%	(222,1)	(235,9)	-5,8%
Gerais e Administrativas	(25,8)	(27,7)	-6,9%	(94,9)	(95,9)	-1,0%
Honorários da Administração	(1,7)	(1,6)	6,3%	(6,8)	(6,2)	9,7%
Depreciação/Amortização	(3,2)	(2,7)	18,5%	(12,7)	(11,4)	11,4%
Outras despesas/ receitas	4,8	0,1	4700,0%	(0,7)	3,8	-118,4%
Total	(86,6)	(90,8)	-4,6%	(337,2)	(345,6)	-2,4%

Despesas Operacionais e % RL (em R\$ milhões e em %)



Na comparação do total do ano de 2011 com o ano anterior, as despesas operacionais, também excluindo o impacto de outras despesas/receitas e de depreciação/amortização, foram R\$ 323,8 milhões (26,4% da receita líquida), inferiores em 4,2% ao ano de 2010 de R\$ 338,0 milhões (28,7% da receita líquida), com algum ganho de eficiência neutralizando os impactos dos dissídios e de inflação dos serviços.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Resultado Financeiro	4T11	4T10	4T11 X 4T10 (%)	2011	2010	2011 X 2010 (%)
Receitas Financeiras	3,8	3,0	26,7%	16,2	14,7	10,2%
Despesas Financeiras	(8,2)	(6,7)	22,4%	(33,1)	(27,1)	22,1%
Total	(4,4)	(3,7)	18,9%	(16,9)	(12,4)	36,3%

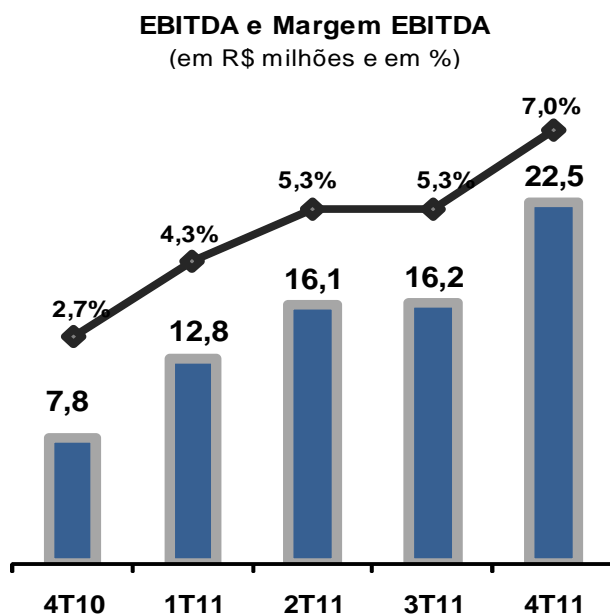
No 4T11, a J.Macêdo registrou resultado financeiro líquido de R\$ 4,4 milhões de despesas, comparado com R\$ 3,7 milhões no 4T10. Apesar da redução de juros médios pagos pela Companhia em função de substituição de dívida de curto prazo, indexada ao CDI, para recursos de longo prazo, com juros fixos ou predominantemente indexados a TJLP, houve aumento do endividamento líquido no período.

No total do ano, as despesas líquidas financeiras ficaram 36,3% acima do ano anterior, principalmente pelo aumento do endividamento médio líquido e ainda pelo impacto na variação do sub-crédito indexado a Cestas de Moedas no empréstimo junto ao BNDES.

RESULTADO OPERACIONAL E EBITDA

Como consequência dos aspectos comentados previamente, J.Macêdo encerra o 4T11 com lucro operacional de R\$ 17,4 milhões, comparado com R\$ 2,5 milhões registrados no 4T10.

O EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) do 4T11 totalizou R\$ 22,5 milhões, acima dos R\$ 7,8 milhões no mesmo período do ano passado. No total de 2011, totalizou R\$ 67,6 milhões (margem de 5,5% da receita líquida), superior aos R\$ 43,9 milhões (3,7% da receita líquida) no ano de 2010.



Reconciliação do EBITDA Controladora	2011	2010
Lucro antes do IR e CS - LAIR	32,6	13,6
Depreciação/ Amortização Custos	13,0	8,3
Depreciação/ Amortização Despesas	12,7	11,4
Resultado Financeiro	16,9	12,4
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(6,0)	-
Equivalência	(1,6)	(1,8)
EBITDA	67,6	43,9

LUCRO LÍQUIDO

Devido aos aspectos operacionais citados anteriormente, o lucro líquido registrado no 4T11 foi de R\$ 13,5 milhões, com margem líquida de 4,2%. No total do ano, o lucro líquido foi de R\$ 30,5 milhões, com margem líquida de 2,5%.

ENDIVIDAMENTO

Dívida Líquida	2011	2010	2011 X 2010 (%)	3T11	2011 X 3T11 (%)
Curto Prazo	41,4	64,4	-35,7%	56,2	-26,3%
Empréstimos e Financiamentos	41,4	34,0	21,8%	56,2	-26,3%
Debêntures	-	30,4	-100,0%	-	N/A
Longo Prazo	115,5	86,9	32,9%	98,5	17,3%
Empréstimos e Financiamentos	115,5	86,9	32,9%	98,5	17,3%
Debêntures	-	-	-	-	-
Total Endividamento	156,9	151,3	3,7%	154,7	1,4%
(-) Caixa	(90,4)	(74,6)	21,2%	(66,5)	35,9%
(-) Instrumentos Financeiros Derivativos	(5,6)	-	-	(4,8)	16,7%
Dívida Líquida	60,9	76,7	-20,6%	83,4	-27,0%

Indicadores Financeiros	2011	2010	2011 X 2010 (%)	3T11	2011 X 3T11 (%)
Dívida Líquida/ Ebitda	0,90	1,75	-48,6%	1,58	-43,0%
Dívida Líquida/ PL	0,19	0,29	-34,5%	0,27	-29,6%
Endividamento/ Ativo Total	0,24	0,26	-7,7%	0,24	0,0%

Nota: Indicadores da Controladora

O endividamento líquido da Companhia no fechamento do trimestre foi 20,6% menor que em dezembro de 2010, pelos melhores resultados, por melhoria de capital de giro e desaceleração nos investimentos. Houve alongamento no perfil da dívida, sendo que o longo prazo representou 74% do total, comparado com 57% no ano anterior.

Os indicadores financeiros, tais como os de liquidez e custo líquido da dívida continuaram positivos neste período, sempre dentro dos limites definidos pelos *covenants* dos contratos de empréstimos.

INVESTIMENTOS

No 4T11, o total de investimentos da J.Macêdo em imobilizado para ampliação da capacidade de produção e logística somou R\$ 6,1 milhões, uma redução de 44,5% em relação aos R\$ 11,0 milhões em investimentos no mesmo período do ano anterior. No total do ano de 2011, o total de investimentos somou R\$ 23,1 milhões, uma redução de 44,3% em relação aos R\$ 41,5 milhões do ano anterior.

Em 2011, a J.Macêdo concluiu sua fase de investimentos em ampliação de capacidade instalada no segmento de massas e na operação do novo centro de distribuição em São José dos Campos. Também investiu em vários projetos de menor porte que visam aumento de produtividade e melhoria contínua nas condições de segurança e boas práticas.

A Companhia mantém investimentos nas seguintes sociedades controladas: Tergran – Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. e Pico da Caledônia Empreendimentos. As movimentações desses investimentos estão apresentadas nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

Governança Corporativa

A governança da Companhia é conduzida por uma estrutura de gestão sólida, formada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, que se reúnem mensalmente. O CAD tem oito membros, dos quais quatro são acionistas e quatro conselheiros externos de relevante experiência no mercado, com habilidades e competências complementares. O Conselho é apoiado por três comitês sendo, um de Auditoria, um de Finanças e um de Pessoas, que são importantes instrumentos de reflexão e acompanhamento da gestão.

O primeiro ano de profissionalização plena da gestão da Companhia comprovou o resultado esperado, através do fortalecimento da integração da Diretoria e desta com a gestão em todos os níveis. A intensificação da relação entre o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva acelerou a captura de sinergias para fortalecer a competitividade na cadeia do trigo. Os resultados demonstram ganhos da redução de custos de produção e suprimentos, a melhoria de distribuição de nossos produtos e a valorização nossas marcas.

Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos vem aprofundando seu trabalho estratégico como consultora do negócio na busca de resultados através da gestão de pessoas. Um dos trabalhos desenvolvidos neste sentido, com foco no engajamento, motivação e construção de uma equipe de alta performance é o processo de Gestão de Clima.

Outro pilar da gestão de pessoas é o processo de treinamento e capacitação da equipe. Em 2011, a Companhia dedicou-se fortemente à capacitação de seus funcionários, com um crescimento de 53% nos treinamentos com relação a 2010. A Motiva, academia do conhecimento da J.Macêdo, foca no treinamento da equipe para o atendimento às necessidades estratégicas da Companhia.

Perspectivas

A Administração continuará seu processo de transformação iniciado em 2011, com consistência na sua trajetória estratégica, com foco continuo de rentabilização das suas categorias, aos movimentos de mercado e no seu processo de profissionalização. Seguiremos construindo uma posição competitiva de baixo custo na cadeia de produção e suprimentos, suportando a melhoria de distribuição de nossos produtos e valorizando nossas marcas através de uma política consistente de preços e marketing. A melhoria da qualidade no atendimento do cliente e do canal combinada com maior eficiência na logística e na produção são os pilares para o aumento da rentabilidade da Companhia.

Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e às políticas internas de J.Macêdo S.A., informamos que os Auditores Independentes não prestaram serviços que pudessem gerar conflito de interesse.

Demonstrações Financeiras

J. Macêdo S.A. e Consolidado

31 de dezembro de 2011
com Relatório dos Auditores Independentes

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
J. Macêdo S.A.
Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da J. Macêdo S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J. Macêdo S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da J. Macêdo S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da J. Macêdo S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recife (PE), 15 de março de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015.199/O-6-S-CE

Francisco da Silva Pimentel
Contador CRC – 1SP 171.230/O-7-S-CE

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes a caixa	3	86.191	70.809	86.685	71.189
Instrumentos financeiros derivativos	29	690	-	690	-
Contas a receber de clientes	4	85.969	76.648	85.977	76.776
Estoques	6	91.895	107.618	91.918	107.618
Impostos e contribuições sociais a compensar	7	29.771	24.541	29.801	24.564
Outros créditos		8.823	6.668	8.876	6.741
Total do ativo circulante		303.339	286.284	303.947	286.888
Não circulante					
Aplicações financeiras	3	4.159	3.782	4.159	3.782
Instrumentos financeiros derivativos	29	4.941	-	4.941	-
Partes relacionadas	5	3.903	3.201	3.903	3.201
Bens destinados à venda	9	915	915	915	915
Impostos e contribuições sociais a compensar	7	9.774	13.748	9.774	13.748
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	27.650	24.648	27.650	24.648
Outros créditos		5.395	9.158	5.418	9.181
Propriedade para investimentos	10	23.400	17.400	23.400	17.400
Investimentos	11	34.244	34.508	64	64
Imobilizado	12	217.100	215.554	228.270	226.904
Intangível	13	15.845	21.284	22.243	27.683
Total do ativo não circulante		347.326	344.198	330.737	327.526
Total do ativo		650.665	630.482	634.684	614.414

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	14	41.154	41.227	41.055	41.237
Empréstimos e financiamentos	15	41.417	33.974	41.417	33.974
Debêntures	16	-	30.434	-	30.434
Arrendamento mercantil		326	302	-	-
Tributos a recolher	18	16.325	22.885	16.383	23.004
Salários e encargos a pagar		16.867	12.994	17.012	13.082
Partes relacionadas	5	4.665	4.564	-	-
Fretes a pagar		7.056	5.998	7.056	5.998
Dividendos propostos		-	13.743	-	13.743
Adiantamentos de clientes		1.200	1.200	-	-
Outras contas a pagar	19	24.832	27.197	24.832	27.197
Total do passivo circulante		153.842	194.518	147.755	188.669
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	115.502	86.906	115.502	86.906
Arrendamento mercantil		12.359	12.684	-	-
Tributos a recolher	18	8.646	8.525	8.646	8.525
Provisão para contingências	20	10.711	9.107	10.711	9.107
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	14.942	11.563	17.383	14.004
Outras contas a pagar	19	8.787	10.736	8.787	10.736
Total do passivo não circulante		170.947	139.521	161.029	129.278
Patrimônio líquido					
Capital social	22	197.873	197.873	197.873	197.873
Reserva de capital		601	601	601	601
Reservas de lucros		102.831	71.714	102.831	71.714
Ajuste de avaliação patrimonial		24.571	26.255	24.571	26.255
		325.876	296.443	325.876	296.443
Participação de não controladores		-	-	24	24
Total do patrimônio líquido		325.876	296.443	325.900	296.467
Total do passivo e patrimônio líquido		650.665	630.482	634.684	614.414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação expresso em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Receita operacional líquida	23	1.226.026	1.179.632	1.226.979	1.179.902
Custo dos produtos vendidos	24	(840.882)	(809.904)	(840.495)	(808.941)
Lucro bruto		385.144	369.728	386.484	370.961
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	24	(222.125)	(235.858)	(222.125)	(235.858)
Despesas gerais e administrativas	24	(94.930)	(95.939)	(95.443)	(96.144)
Honorários da administração	5	(6.797)	(6.185)	(6.797)	(6.185)
Resultado da equivalência patrimonial	11	1.600	1.867	-	-
Depreciação e amortização	24	(12.660)	(11.420)	(12.841)	(11.420)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	(676)	3.811	(656)	3.796
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		49.556	26.004	48.622	25.150
Receitas financeiras	26	16.226	14.666	16.258	14.681
Despesas financeiras	26	(33.124)	(27.048)	(31.670)	(25.692)
		(16.898)	(12.382)	(15.412)	(11.011)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		32.658	13.622	33.210	14.139
Imposto de renda e contribuição social:	8				
Corrente		(1.218)	-	(1.770)	(517)
Diferidos		(933)	3.911	(933)	3.911
		(2.151)	3.911	(2.703)	3.394
Lucro líquido do exercício		30.507	17.533	30.507	17.533
Lucro líquido por ação: básico e diluído – R\$		1,40	0,80		
Quantidade de ações em circulação no final do exercício:					
Ordinárias		11.496.411	11.496.411		
Preferenciais		10.335.786	10.335.786		
		21.832.197	21.832.197		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Reserva de capital		Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	
	Capital social	Incentivos fiscais	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Própria	Investida			Total	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	197.873	601	5.766	48.629	14.367	21.308	4.733	-	293.277	26	293.303
Participação de minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(14.367)	-	-	-	(14.367)	-	(14.367)
Realização do custo atribuído (Nota 22)	-	-	-	-	-	214	-	(214)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	17.533	17.533	-	17.533
Destinação do lucro (Nota 22):											
Constituição de reserva legal	-	-	877	-	-	-	-	(877)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	16.442	-	-	-	(16.442)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	197.873	601	6.643	65.071	-	21.522	4.733	-	296.443	24	296.467
Participação de minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído e outros (Nota 22)	-	-	-	-	-	(1.684)	-	610	(1.074)	-	(1.074)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	30.507	30.507	-	30.507
Destinação do lucro (Nota 22):											
Constituição de reserva legal	-	-	1.526	-	-	-	-	(1.526)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	29.591	-	-	-	(29.591)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	197.873	601	8.169	94.662	-	19.838	4.733	-	325.876	24	325.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Fluxos de caixas das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	30.507	17.533	30.507	17.533
Ajustes de valores para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	24.206	19.818	24.387	18.858
Equivalência patrimonial	(1.600)	(1.867)	-	-
Ganhos decorrentes de variação no valor justo das propriedades para investimento	(6.000)	-	(6.000)	-
Resultado de ativo imobilizado baixado	(380)	3.799	(379)	4.923
Constituição (reversão) de provisão para devedores duvidosos	(24)	514	(24)	514
Provisão para contingências	1.606	(6.233)	1.606	(6.233)
Provisão para perdas no estoque	(60)	(404)	(60)	(404)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	933	(3.911)	933	(3.911)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	24.196	15.000	24.496	15.072
	73.384	44.249	75.466	46.352
Decréscimo (acrécimo) de ativos				
Contas a receber de clientes	(9.297)	13.321	(9.296)	13.247
Estoques	15.782	(9.722)	15.759	(9.722)
Impostos e contribuições sociais a compensar	(1.256)	(2.763)	(1.264)	(2.766)
Partes relacionadas	(702)	(3.201)	(702)	(3.201)
Outros créditos	(9.013)	(5.825)	(8.993)	(5.831)
Acrécimo (decrécimo) de passivos				
Fornecedores	(74)	(2.725)	(64)	(2.728)
Tributos a recolher	(6.440)	(240)	(6.439)	(270)
Salários e encargos a pagar	3.873	1.409	3.894	1.423
Partes relacionadas	101	(2.495)	-	(15)
Frete a pagar	1.060	(731)	1.060	(731)
Adiantamento de clientes	-	148	-	132
Outras contas a pagar	(3.831)	1.155	(3.858)	1.111
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	63.587	32.580	65.563	37.001
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Recebimento de dividendos	1.861	4.507	-	-
Imobilizado	(23.137)	(41.513)	(23.137)	(41.560)
Intangível	(1.713)	(2.142)	(1.713)	(2.142)
Valor de venda de ativo imobilizado	4.433	4.989	4.433	4.989
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(18.556)	(34.159)	(20.417)	(38.713)

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos/financiamentos	84.124	125.652	84.124	125.652
Amortização de principal e juros de empréstimos e financiamentos	(67.700)	(108.539)	(67.700)	(108.331)
Amortização de principal e juros de debêntures	(32.331)	(34.958)	(32.330)	(34.958)
Dividendos distribuídos	(13.742)	(5.416)	(13.744)	(5.416)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(29.649)	(23.261)	(29.650)	(23.053)
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa	15.382	(24.840)	15.496	(24.765)
Demonstração do acréscimo no caixa e equivalentes a caixa				
No início do exercício	70.809	95.649	71.189	95.954
No final do exercício	86.191	70.809	86.685	71.189
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa	15.382	(24.840)	15.496	(24.765)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
1 – Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.399.315	1.346.589	1.400.921	1.347.479
(-) Abatimentos e descontos	(25.056)	(21.881)	(25.056)	(21.881)
Outras receitas	5.631	2.142	5.660	2.172
	1.379.890	1.326.850	1.381.525	1.327.770
2 - Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(840.882)	(809.904)	(840.495)	(808.941)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(163.840)	(178.332)	(164.156)	(178.423)
Recuperação de valores ativos	(1.566)	2.382	(1.566)	2.349
Outras despesas operacionais	(7.988)	(4.379)	(8.030)	(4.414)
	(1.014.276)	(990.233)	(1.014.247)	(989.429)
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	365.614	336.617	367.278	338.341
4 – Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	(12.660)	(11.420)	(12.841)	(11.420)
5 - Valor adicionado líquido produzido (3-4)	352.954	325.197	354.437	326.921
6 - Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	1.600	1.867	-	-
Receitas financeiras	16.226	14.666	16.258	14.681
	17.826	16.533	16.258	14.681
7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)	370.780	341.730	370.695	341.602
8 - Distribuição do valor adicionado				
Empregados	118.434	114.843	118.527	114.928
Remuneração direta	74.741	75.608	74.808	75.671
Honorários da administração	6.797	6.185	6.797	6.185
Participação dos empregados nos lucros	5.624	1.020	5.624	1.020
Benefícios	21.229	21.677	21.237	21.686
FGTS	7.033	7.997	7.033	7.997
Outros gastos	3.010	2.356	3.028	2.369
Impostos, taxas e contribuições	174.375	165.761	175.584	166.904
Federais	84.174	82.346	85.211	83.315
Estaduais	88.687	81.815	88.687	81.815
Municipais	1.514	1.600	1.686	1.774
Remuneração de capital de terceiros	47.464	43.593	46.052	42.093
Juros	33.124	27.048	31.670	25.548
Aluguéis	14.340	16.545	14.382	16.545
Remuneração de capital próprio	30.507	17.533	30.532	17.677
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	25	144
Reserva de lucros	30.507	17.533	30.507	17.533
Total	370.780	341.730	370.695	341.602

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia e controladas

a) Objeto social

A J. Macêdo S.A. (“Companhia”) atua preponderantemente na produção e comercialização de farinhas de trigo para o consumo doméstico, misturas prontas para bolo, gelatinas e sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermentos para uso doméstico, segregados por categorias de negócios, entre elas farinhas, massas, misturas para bolo e sobremesas vendidas, principalmente, sob as marcas Dona Benta, Sol, Petybon, Brandini, Veneranda, Boa Sorte e Chiarini.

A Companhia opera com centros de distribuição nas regiões nordeste, norte, centro oeste, sudeste e sul, com a finalidade de melhor atender aos clientes da linha de consumo. Esses centros de distribuição, além de facilitar a movimentação de produtos acabados, contribuem para melhor armazenagem dos produtos.

b) Acordo operacional com a Bunge Alimentos S.A.

A Companhia tem contrato de industrialização por encomenda com a Bunge Alimentos S.A. formalizando um acordo de industrialização recíproca, datado de 30 de janeiro de 2004 e aditado em 3 de julho de 2006, pelo qual a Bunge Alimentos S.A. produz para a J. Macêdo S.A. farinha de trigo para consumo doméstico ou para fabricação própria de massas, misturas e biscoitos e, a J. Macêdo S.A. produz para a Bunge Alimentos farinha de trigo para a indústria processadora de alimentos (industrializados, panificação e *food service*), em caráter complementar às suas respectivas atividades.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 15 de março de 2012.

2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, apresentadas abaixo a seguir:

Razão social	País sede	% participação societária	
		2011	2010
(i) Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. ("Tergran")	Brasil	33,33	33,33
(ii) Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A ("Pico da Caledônia")	Brasil	99,90	99,90

- (i) Tergran (sociedade de capital fechado) – investimento efetuado em conjunto com Grande Moinho Cearense S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (controlada em conjunto – participação de 33,33% de cada investidor). A Tergran é uma empresa de propósito específico cujo objeto social é a exploração da atividade de operadora portuária realizando, em especial, a descarga e armazenagem de grãos no porto de Fortaleza para atender aos três moinhos localizados na zona portuária.
- (ii) Pico da Caledônia (sociedade de capital fechado) – como previsto nos instrumentos contratuais do acordo operacional firmado entre J. Macêdo S.A. e Bunge Alimentos S.A., cada uma das partes convencionou constituir companhias separadas sob forma de sociedades por ações, tendo sido as ações respectivas, objeto de penhor, para garantia das operações pactuadas. A controlada da J. Macêdo S.A. foi constituída em 2004 sob a razão social de "Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.", detendo a controladora a propriedade de 999 ações do capital social e a Bunge Alimentos S.A. de 1 ação. Em contrapartida, a Bunge Alimentos S.A. constituiu uma outra sociedade denominada Serra do Lopo Empreendimentos e Participações S.A., detendo a Bunge Alimentos S.A. 999 ações e a J. Macêdo S.A. 1 ação.

A Pico da Caledônia é uma empresa de propósito específico, e seu capital social foi subscrito mediante conferência, em 2006, de bens da J. Macêdo S.A. representados pelos Moinhos de Salvador e Fortaleza.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Base de consolidação--Continuação

A controlada Tergran é consolidada proporcionalmente e a controlada Pico da Caledônia é consolidada integralmente a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

As participações de não controladores representam a parcela do lucro ou prejuízo e patrimônio líquido não detidas pela Companhia e são apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e no patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado da controladora.

2.2 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido da provisão para desvalorização, quando aplicável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas, quando aplicável, são eliminadas de acordo com a participação mantida nas controladas.

A participação societária nas controladas será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das controladas.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2 Investimentos--Continuação

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das controladas e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as controladas, a Companhia avaliará e reconhecerá o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da controlada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

2.3. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4 Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.5 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, onde o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5 Impostos--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados às taxas aplicáveis a época das realizações desses ativos e passivos, de acordo com a legislação na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia e suas controladas recebem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos nas informações trimestrais ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

2.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda.

Em 2011 foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, modalidade "swap", demonstradas na Nota 29.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, contas a receber de clientes e mútuo com empresas ligadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e contas a pagar a empresas associadas.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, excluídos os investimentos e outros tipos de aplicações. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.9 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão-de-obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.10 Imobilizado

Máquinas, equipamentos, edificações e terrenos de determinadas unidades são avaliadas ao novo custo atribuído (*deemed cost*) e os demais ativos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia e suas controladas reconhecem essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, demonstradas na Nota 12.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10 Imobilizado--Continuação

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, do direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Companhia como arrendatária

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos são registrados como encargos financeiros e redução de passivo resultando na obtenção de taxa de juros constante que é aplicada sobre o saldo remanescente desse passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou o prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando aplicável, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.13 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário dessa propriedade. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecido na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

2.14 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que forem incorridos.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Ativos intangíveis--Continuação

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.15 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.16 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada nas informações trimestrais, líquida de qualquer reembolso.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16 Provisões--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Programa de participação nos resultados

A Administração da Companhia provisionou a participação dos administradores e funcionários no resultado, em função de metas operacionais e financeiras.

2.17 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.18 Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM °641, de 07 de outubro de 2010 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A demonstração do valor adicionado foi preparada e esta apresentada de acordo com a Deliberação CVM ° 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requerem que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 17.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 8.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.20. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia e suas controladas de forma razoável esperam que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia e suas controladas pretendem adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.

- IAS 12 Imposto de Renda – Recuperação dos Ativos Subjacentes

Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 deveria ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado através da venda. Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.

- IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (revisado em 2011)

Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011-- Continuação

- IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011)

Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas

Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados.

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira da Companhia e suas controladas.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração

O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Em fases subsequentes, o IASB examinará contabilidade de cobertura e perda no valor recuperável de ativos financeiros. Esse projeto deverá ser encerrado no final de 2011 ou no primeiro semestre de 2012. Adoção da primeira fase do IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia e suas controladas, mas potencialmente não trará impactos sobre a classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia e suas controladas irão quantificar o efeito dessa emenda em conjunto com as outras fases, quando emitidas, a fim de apresentar um quadro abrangente.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011-- Continuação

- IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IFRS 10 substitui as partes do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais que se referem ao tratamento contábil das demonstrações financeiras consolidadas. Inclui também os pontos levantados no SIC-12 Consolidação — Entidades para Fins Especiais – Envolvimento com Outras Entidades.

O IFRS 10 estabelece um único modelo de consolidação baseado em controle que se aplica a todas as entidades, inclusive às entidades para fins especiais. As alterações introduzidas pelo IFRS 10 irão exigir que a administração exerça importante julgamento na determinação de quais entidades são controladas e, portanto, necessitam ser consolidadas pela controladora, em comparação com as exigências estabelecidas pelo IAS 27. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IFRS 11 – Acordos Conjuntos

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes a caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Bancos conta movimento	3.709	5.750	3.898	5.813
Aplicações financeiras:				
<i>Circulante:</i>				
Fundos de renda fixa	-	-	-	317
CDB – Certificado de depósito bancário	82.482	65.059	82.787	65.059
	82.482	65.059	82.787	65.376
	86.191	70.809	86.685	71.189
<i>Não circulante:</i>				
Fundos de renda fixa	3.421	3.110	3.421	3.110
CDB – Certificado de depósito bancário	738	672	738	672
	4.159	3.782	4.159	3.782
	90.350	74.591	90.844	74.971

As aplicações financeiras referem-se substancialmente aos fundos de renda fixa financeiros com remunerações próximas a variação do depósito interbancário. Essas operações possuem liquidez imediata, exceto as operações que estão classificadas no não circulante, as quais foram dadas em garantia de fiança bancária de processo judicial com prazo indeterminado referente a J.Macêdo S.A – Comércio, Administração e Participações, controladora da J.Macêdo S.A.

4. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Clientes no país	93.603	84.621	93.611	84.749
Desconto de verbas contratuais	(6.747)	(7.062)	(6.747)	(7.062)
Provisão para devedores duvidosos	(887)	(911)	(887)	(911)
	85.969	76.648	85.977	76.776

O desconto de verbas contratuais de clientes será deduzido dos respectivos valores das faturas em aberto.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Contas a receber de clientes--Continuação

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Prazo:				
A vencer	90.505	81.097	90.513	81.225
1 a 30 dias	1.767	2.126	1.767	2.126
31 a 60 dias	220	323	220	323
61 a 90 dias	179	45	179	45
91 a 120 dias	53	110	53	110
121 a 150 dias	138	189	138	189
151 a 180 dias	82	4	82	4
Vencidos há mais de 180 dias	659	727	659	727
	93.603	84.621	93.611	84.749

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial	(911)	(4.615)	(911)	(4.615)
Constituição de provisão	(748)	(514)	(748)	(514)
Reversões e baixas	772	4.218	772	4.218
Saldo final	(887)	(911)	(887)	(911)

5. Partes relacionadas

As demonstrações financeiras incluem as informações financeiras da Companhia e controladas relacionadas na Nota 2.1.

O quadro a seguir apresenta os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2011 e 2010, bem como o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios findos naquelas datas.

Companhias	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Ativo não circulante				
J. Macêdo Alimentos S.A.	3.903	3.201	3.903	3.201
	3.903	3.201	3.903	3.201
Passivo circulante				
Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.	4.665	4.564	-	-
	4.665	4.564	-	-

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Partes relacionadas--Continuação

Empresa líder do conglomerado

A J. Macêdo S.A. é controlada pela J. Macêdo Alimentos S.A., a qual é uma subsidiária da J. Macêdo S.A. – Comércio, Administração e Participações.

Entidades com influência significativa sobre a Companhia

- J. Macêdo Alimentos S.A.
- J. Macêdo S.A. – Comércio, Administração e Participações.
- MAC-DO Administração e Participações S.A
- BDM Participações Ltda.

Participação conjunta na qual a Companhia é uma das participantes

- Tergran – Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. (Vide Nota 2.1)

Termos e condições de transações com partes relacionadas

A Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A. possui acordo de industrialização, conforme citado na Notas 1 e 2.1, por prazo indeterminado.

Os moinhos da Pico da Caledônia são parte integrante do acordo operacional com a Bunge Alimentos S.A..

Sobre os saldos a receber entre as empresas do Grupo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 não há provisão registrada para créditos de liquidação duvidosa, devido à ausência de títulos em atraso com risco de realização.

O quadro a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios sociais em questão:

Companhias	Aquisição de materiais e serviços			
	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Cipolin S.A. (1)	101.489	104.834	101.489	104.834
Pico da Caledônia S.A.	1.937	1.959	-	-
Tergran Ltda	1.834	1.511	-	-
	105.260	108.304	101.489	104.834

(1) Importação de trigo fundamentalmente da Argentina, Uruguai e Paraguai, a preço de mercado. Essas operações são usualmente liquidadas à vista ou com prazo inferior a sete dias.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Partes relacionadas--Continuação

Contratos de arrendamento

Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Outras Avenças, firmado em 30 de janeiro de 2004 com a Pico da Caledônia, por meio do qual as unidades industriais de Fortaleza e Salvador são arrendadas à Companhia, com renovação a critério exclusivo da Companhia. Ressalte-se que, em igual data, aludidos bens foram objeto de subscrição de capital naquela controlada, em consonância com os acordos operacionais recíprocos celebrados com a parceira Bunge; e

Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Comercial e de Outras Avenças, firmado em 15 de outubro de 2003, com a J. Macêdo Alimentos S.A., tendo como objeto a unidade industrial em Londrina no Estado do Paraná.

Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia e suas controladas

A Assembléia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global dos administradores em até R\$ 1.083 (R\$ 13.000/ ano), cuja distribuição, individual, foi fixada pelos administradores. No exercício de 2011, as despesas com honorários da administração foram de R\$ 6.797 (2010: R\$ 6.185).

Participação dos colaboradores e administradores nos resultados

A Companhia concede participação nos resultados a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram registrados, a título de participação nos resultados, os montantes de R\$ 5.624 e R\$ 1.499 respectivamente.

Avais e garantias

A Companhia concedeu garantia de fiança bancária, cujo valor em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 4.159 (dezembro de 2010: R\$ 3.782), para a J.Macêdo S.A. – Comércio, Administração e Participações, conforme citado na Nota 3.

As operações para financiamento e capital de giro junto a instituições financeiras são, em sua maioria, lastreadas por títulos das contas a receber de clientes e notas promissórias emitidas pela Companhia. Apenas uma pequena parcela dessas operações, entretanto, no que concerne a garantias, recebeu avais de nossa controladora J. Macêdo Alimentos S.A., não representando mais do que 14,11% do saldo devedor total junto a instituições financeiras.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Matéria prima	31.011	38.698	31.011	38.698
Importações em andamento	1.704	3.106	1.704	3.106
Produtos em processo	1.429	1.912	1.429	1.912
Produtos acabados	33.457	33.570	33.457	33.570
Materiais de produção	16.474	17.153	16.474	17.153
Materiais de manutenção e outros	5.667	5.801	5.690	5.801
Adiantamentos a fornecedores (a)	2.944	8.229	2.944	8.229
(-) Provisão para perdas em estoque	(791)	(851)	(791)	(851)
	91.895	107.618	91.918	107.618

(a) Substancialmente representados por adiantamentos a fornecedores de trigo.

A movimentação da provisão para perdas em estoques para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial	(851)	(1.255)	(851)	(1.255)
Adições	(6.987)	(8.035)	(6.987)	(8.035)
Reversões e baixas	7.047	8.439	7.047	8.439
Saldo final	(791)	(851)	(791)	(851)

7. Impostos e contribuições sociais a compensar

	Controladora					
	2011			2010		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir, apropriar e/ou receber	15.402	6.645	22.047	14.042	11.486	25.528
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	2.181	1.272	3.453	2.775	2.024	4.799
Imposto de renda a compensar	2.467	-	2.467	4.278	-	4.278
PIS e COFINS a compensar	9.200	1.857	11.057	2.916	238	3.154
Outros impostos e contribuições	521	-	521	530	-	530
	29.771	9.774	39.545	24.541	13.748	38.289

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Impostos e contribuições sociais a compensar--Continuação

	Consolidado					
	2011			2010		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir, apropriar e/ou receber	15.402	6.645	22.047	14.042	11.486	25.528
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	2.181	1.272	3.453	2.775	2.024	4.799
Imposto de renda a compensar	2.497	-	2.497	4.301	-	4.301
PIS e COFINS a compensar	9.200	1.857	11.057	2.916	238	3.154
Outros impostos e contribuições	521	-	521	530	-	530
	29.801	9.774	39.575	24.564	13.748	38.312

8. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

A Companhia fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, despesas não dedutíveis temporariamente e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda diferido foi registrada pela alíquota efetiva. A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	21.307	21.073	21.307	21.073
Diferenças temporárias:				
Provisão para devedores duvidosos	247	253	247	253
Provisão para perdas com estoques	220	237	220	237
Provisão para contingências	2.979	2.533	2.979	2.533
Programa de participação no resultado	1.252	552	1.252	552
Outras provisões	1.645	-	1.645	-
Total diferido ativo	27.650	24.648	27.650	24.648
Ágio Chiarini	(830)	(475)	(830)	(475)
Ganho operação "swap"	(1.798)	-	(1.798)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	(10.274)	(11.088)	(12.715)	(13.529)
Valor justo propriedades para investimentos	(2.040)	-	(2.040)	-
Total diferido passivo	(14.942)	(11.563)	(17.383)	(14.004)
Total dos impostos diferidos líquidos	12.708	13.085	10.267	10.644

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro--Continuação

Reconciliação do diferido

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial do exercício	13.085	30.620	10.644	28.179
Constituição	2.413	4.021	2.413	4.021
Compensação lucro real	(440)	-	(440)	-
Realização de ajuste avaliação patrimonial	813	(111)	813	(111)
Ganho operação "swap"	(1.798)	-	(1.798)	-
Valor justo propriedades para investimentos	(2.040)	-	(2.040)	-
Compensações/ Reversão Refis IV (Nota 18)	675	(21.445)	675	(21.445)
	12.708	13.085	10.267	10.644

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia o imposto de renda e a contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2011, serão realizados nos seguintes prazos:

	2011	2010
2012	2.214	1.298
2013	3.268	3.274
A partir de 2014 até 2016	22.168	20.076
	27.650	24.648

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Corrente				
Imposto de renda	(921)	-	(1.319)	(372)
Contribuição social	(297)	-	(451)	(145)
	(1.218)	-	(1.770)	(517)
Diferidos				
Imposto de renda e contribuição social	(933)	3.911	(933)	3.911
	(2.151)	3.911	(2.703)	3.394

Conforme permitido pela Lei 11.941/09, a Companhia utilizou em 2010, R\$ 21.445 de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para quitação das multas, juros e encargos legais relativos aos débitos incluídos no parcelamento denominado Programa de Recuperação Fiscal – "REFIS", descrito na Nota 18.

Com a consolidação da dívida em 29 de junho de 2011, verificou-se que a Companhia compensou R\$ 20.621. Sendo assim, foi efetuada uma reversão de R\$ 824, que será utilizada para futuras compensações com lucros tributáveis.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Ativo não circulante mantido para venda

Em 31 de dezembro de 2011, refere-se, basicamente, a um terreno recebido como quitação de dívida, no montante de R\$ 915 (31 de dezembro de 2010: R\$ 915), situado em Bayeux – PB.

10. Propriedade para investimento

As propriedades para investimento são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por empresa especializada. O valor justo dos imóveis foi determinado pelo Método Evolutivo, onde o valor do terreno foi obtido pelo Método Comparativo de Dados de Mercado e o valor das edificações e benfeitorias pelo Método da Quantificação de Custo, de acordo com as partes 1 e 2 da NBR 14653. Durante o exercício corrente, a Companhia reconheceu no resultado R\$ 6.000, decorrente da variação no valor justo dos referidos imóveis.

11. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Participações em empresas controladas	27.781	28.045	-	-
Ágio (Nota 13)	6.399	6.399	-	-
Outros investimentos	64	64	64	64
	34.244	34.508	64	64

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimentos--Continuação

	2011		2010	
	Tergran	Pico da Caledônia	Total	Total
Informações sobre as investidas				
Quantidade de ações possuídas	2.193.000	999		
Participação no capital total e votante	33,33%	99,90%		
Capital social	9.204	18.389		
Patrimônio líquido	10.005	24.469		
Lucro líquido do exercício	775	1.342		
Movimentação dos investimentos				
Saldo inicial	3.481	24.564	28.045	30.685
Distribuição de lucros	(401)	(1.460)	(1.861)	(4.507)
Equivalência patrimonial	258	1.342	1.600	1.867
Outros	(3)	-	(3)	-
Saldo final	3.335	24.446	27.781	28.045

12. Imobilizado

a) Controladora

a.1 Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação -%	2011			2010		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Terrenos	-	11.490	-	11.490	11.490	-	11.490
Edificações e outros imóveis	3,6	144.540	(68.049)	76.491	143.344	(65.065)	78.279
Benfeitorias em bens de terceiros	3,6	10.397	(1.985)	8.412	9.894	(1.412)	8.482
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	9,1	181.039	(82.591)	98.448	168.386	(71.976)	96.410
Instalações	8	10.246	(3.400)	6.846	9.707	(2.600)	7.107
Móveis e utensílios	15	9.855	(6.269)	3.586	9.749	(6.101)	3.648
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	35,4	6.801	(4.680)	2.121	6.563	(4.004)	2.559
Veículos	19,6	5.289	(243)	5.046	2.129	(923)	1.206
Outros	14	3.709	(987)	2.722	3.596	(634)	2.962
		383.366	(168.204)	215.162	364.858	(152.715)	212.143
Imobilizado em andamento	-	1.364	-	1.364	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	-	574	-	574	3.411	-	3.411
		385.304	(168.204)	217.100	368.269	(152.715)	215.554

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado--Continuação

a.2 Movimentação dos saldos

	Saldo em 31/12/10	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/11
Terrenos	11.490	-	-	-	-	11.490
Edificações e outros imóveis	78.279	2.199	(1.634)	(136)	(2.217)	76.491
Benfeitorias em bens de terceiros	8.482	594	(14)	3	(653)	8.412
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	96.410	9.964	(960)	3.737	(10.703)	98.448
Instalações	7.107	550	(97)	206	(920)	6.846
Móveis e utensílios	3.648	668	(189)	(8)	(533)	3.586
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	2.559	830	(50)	9	(1.227)	2.121
Veículos	1.206	4.857	(819)	-	(198)	5.046
Outros	2.962	525	(117)	(46)	(602)	2.722
Imobilizado em andamento	-	2.295	-	(931)	-	1.364
Adiantamento a fornecedores	3.411	655	(545)	(2.947)	-	574
	215.554	23.137	(4.425)	(113)	(17.053)	217.100

b) Consolidado

b.1 Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação - %	2011			2010		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Terrenos	-	21.018	-	21.018	21.018	-	21.018
Edificações e outros imóveis	3,6	147.300	(69.600)	77.700	146.112	(66.528)	79.584
Benfeitorias em bens de terceiros	3,6	10.397	(1.985)	8.412	9.894	(1.412)	8.482
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	9,1	183.308	(84.436)	98.872	170.656	(73.742)	96.914
Instalações	8	10.542	(3.693)	6.849	10.003	(2.892)	7.111
Móveis e utensílios	15	9.887	(6.292)	3.595	9.780	(6.123)	3.657
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	35,4	6.801	(4.683)	2.118	6.563	(4.004)	2.559
Veículos	19,6	5.289	(243)	5.046	2.129	(923)	1.206
Outros	14	3.709	(987)	2.722	3.596	(634)	2.962
		398.251	(171.919)	226.332	379.751	(156.258)	223.493
Imobilizado em andamento		1.364	-	1.364	-	-	-
Adiantamento a fornecedores		574	-	574	3.411	-	3.411
		400.189	(171.919)	228.270	383.162	(156.258)	226.904

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado--Continuação

b) Consolidado--Continuação

b.2 Movimentação dos saldos

	Saldo em 31/12/10	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/11
Terrenos	21.018	-	-	-	-	21.018
Edificações e outros imóveis	79.584	2.199	(1.642)	(136)	(2.305)	77.700
Benfeitorias em bens de terceiros	8.482	594	(14)	3	(653)	8.412
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	96.914	9.963	(960)	3.737	(10.782)	98.872
Instalações	7.111	550	(97)	206	(921)	6.849
Móveis e utensílios	3.657	669	(189)	(8)	(534)	3.595
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	2.559	830	(50)	9	(1.230)	2.118
Veículos	1.206	4.857	(819)	-	(198)	5.046
Outros	2.962	525	(117)	(46)	(602)	2.722
Imobilizado em andamento	-	2.295	-	(931)	-	1.364
Adiantamento a fornecedores	3.411	655	(545)	(2.947)	-	574
	226.904	23.137	(4.433)	(113)	(17.225)	228.270

Ativos concedidos em garantias

Parte do ativo imobilizado foi cedido para garantia dos empréstimos e financiamentos, conforme na Nota 15, e para contingências.

c) Arrendamentos mercantis financeiros

A Companhia possui certos contratos de arrendamentos que, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil são classificadas como arrendamentos.

A Companhia estima o prazo total de cada contrato de arrendamento, considerando os prazos de renovação que são de faculdade exclusiva da Companhia e que para os quais perdas econômicas ou penalidades existam em caso de término do contrato após o seu prazo original. Este prazo estimado é usado para se determinar se um arrendamento deve ser classificado como operacional ou financeiro e no cálculo das despesas de aluguel de maneira linear durante todo o prazo do contrato. Adicionalmente, a vida útil das benfeitorias em imóveis arrendados é limitada ao prazo do contrato de arrendamento ou à vida útil econômica do bem. Abatimentos, carências e descontos são considerados no cálculo dos aluguéis.

Os principais efeitos relativos aos contratos de arrendamento financeiro estão descritos a seguir:

c.1) Ativo Imobilizado (“Propriedades com arrendamento mercantil”):

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado--Continuação

Tipo	Prazo do contrato (anos)	2011			2010		
		Custo (*)	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo (*)	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Estabelecimentos industriais:							
Custo original	21 e 22	45.310	(34.572)	10.738	45.310	(33.722)	11.588
Complemento: custo atribuído	-	19.191	(2.080)	17.111	19.191	(173)	19.018
		64.501	(36.652)	27.849	64.501	(33.895)	30.606

(*) Valor presente dos aluguéis mínimos

c.2) Obrigações do arrendamento mercantil

O vencimento dos pagamentos dos aluguéis mínimos dos arrendamentos financeiros está descrito a seguir:

2011			
Vencimento	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos
2012	1.783	(1.457)	326
2013 a 2015	5.349	(4.200)	1.149
Após 2015	22.627	(11.417)	11.210
	29.759	(17.074)	12.685

2010			
Vencimento	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos
2011	1.783	(1.481)	302
2012 a 2015	7.132	(5.657)	1.475
Após 2015	22.626	(11.417)	11.209
	31.541	(18.555)	12.986

c.3) Contas de resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrou no resultado, R\$ 650 (2010: R\$ 650) de despesas de depreciação, R\$ 1.481 (2010: R\$ 1.503) de despesas de juros com arrendamento financeiro. O total de aluguéis mínimos pagos no mesmo período totalizou R\$ 1.783 (2010: R\$ 1.783).

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado--Continuação

d) Arrendamentos operacionais

Os contratos de arrendamento classificados como operacionais que possuem os seguintes vencimentos e pagamentos mínimos:

<u>Vencimento</u>	<u>Pagamentos mínimos</u>
2012	5.457
2013	4.685
2014 em diante	4.587
	14.729

O total dos pagamentos mínimos dos arrendamentos operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 5.573 (2010: R\$ 5.840).

13. Intangível

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Softwares e sistemas informatizados</u>	<u>Ágio na aquisição de investimentos</u>	<u>Softwares e sistemas informatizados</u>	<u>Total</u>
	<u>(b)</u>	<u>(a)</u>	<u>(b)</u>	
	<u>Definida</u>	<u>Indefinida</u>	<u>Definida</u>	
Vida útil				
Custo:				
Em 31 de dezembro de 2010	36.147	6.399	36.147	42.546
Adições – desenvolvimento interno	1.601	-	1.601	1.601
Transferências	113	-	113	113
Em 31 de dezembro de 2011	37.861	6.399	37.861	44.260
Amortização:				
Em 31 de dezembro de 2010	(14.863)	-	(14.864)	(14.864)
Amortização	(7.153)	-	(7.153)	(7.153)
Em 31 de dezembro de 2011	(22.016)	-	(22.017)	(22.017)
Valor contábil líquido:				
Em 31 de dezembro de 2011	15.845	6.399	15.844	22.243
Em 31 de dezembro de 2010	21.284	6.399	21.284	27.683

- (a) Esse ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura decorrente de sinergias, ganhos em escala e fortalecimento da presença da Companhia no Estado de Minas Gerais. O valor da aquisição da Chiarini foi de R\$ 28.128, dos quais R\$ 19.484 representam o valor a pagar a maior em relação ao valor do patrimônio líquido pelos livros contábeis da Chiarini em 31 de dezembro de 2008. Do montante de R\$ 19.484, R\$ 13.135 foram alocados ao ativo imobilizado, basicamente, a máquinas e equipamentos e veículos, sendo que o saldo remanescente de R\$ 6.399 está representado pelo ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, registrado no ativo intangível.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível--Continuação

- (b) Softwares referem-se a licenças de direito de uso e demais gastos com serviços complementares necessários para a utilização desses softwares a partir de 1º de janeiro de 2009, em especial, o sistema integrado de gestão empresarial – ERP do SAP. Estes ativos intangíveis serão amortizados à taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazo das licenças.

14. Fornecedores

Refere-se a contas a pagar a fornecedores, basicamente, de insumos, sem a incidência de encargos financeiros. São geralmente liquidadas em prazos de 07 a 60 dias.

15. Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Moeda nacional	Indexador	Taxas de Juros (a.a.)	2011	2010
Capital de giro (1)	Pré-fixado	11,25%	17.577	42.167
FINAME (2)	TJLP	5,5%	1.662	2.904
FINEM BNDES (2)	Pré-fixado, TJLP e moedas	2,45% à 4,5%	76.149	69.129
Crédito Rural	Pré-fixado	6,75%	4.769	6.680
Emp. Moeda		3,33%	56.762	-
Estrang.(1) e (3)	Pré-fixado			
			156.919	120.880
Circulante			(41.417)	(33.974)
Não circulante			115.502	86.906

- (1) Garantido, parcialmente, com aval da controladora J. Macêdo Alimentos S.A., títulos em cobrança e nota promissória.
- (2) Garantido por alienação fiduciária dos bens e/ou nota promissória.
- (3) Operação 4131 com “Swap” para CDI conforme Nota 29.

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	2011	2010
2012	-	30.203
2013	42.831	14.703
A partir de 2014	72.671	42.000
	115.502	86.906

A Companhia está obrigada a observar determinados índices associados ao balanço e à demonstração do resultado do exercício, os quais estão adequadamente cumpridos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Debêntures (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo a pagar referia-se a debêntures emitidas em 2007, sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificado e não serão conversíveis em ações da Companhia. Os valores do principal e encargos financeiros foram amortizados em 7 parcelas semestrais, desde o 12º mês da data de emissão, sendo a primeira em 1º de setembro de 2008 e a última em 1º de setembro de 2011.

17. Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida (controladora e consolidado)

A Companhia realizou o teste de valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e considera, entre outros fatores, a relação entre sua geração de caixa e seu valor contábil, quando efetua revisão para identificar indicadores de perda por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta Administração para os próximos cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir a demanda esperada de produtos. Como resultado dessa análise, a Administração não identificou perda por redução ao valor recuperável.

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso é mais sensível às seguintes premissas:

Margens brutas – As margens brutas são baseadas nos valores médios obtidos nos exercícios que antecedem o início do período orçamentário. Essas margens são aumentadas levemente ao longo do período orçamentário para fins dos ganhos de eficiência planejados.

Taxas de descontos – As taxas de descontos refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos da Companhia. A taxa de desconto foi estimada com base no custo médio ponderado de capital.

Inflação de preços de matérias-primas – As variações de preços de matérias-primas vem sendo utilizadas como indicador de futuras variações de preço.

Premissas de participação no mercado – Essas premissas são dados do segmento para taxas de crescimento, e que possibilitam que a Administração avalie como a posição da Companhia relativamente aos seus concorrentes poderia mudar ao longo do período orçamentário.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Tributos a recolher

	Controladora					
	2011			2010		
	Não		Total	Não		Total
Circulante	circulante	Circulante		circulante		
ICMS	10.712	-	10.712	12.111	-	12.111
PIS e COFINS	31	-	31	1.938	-	1.938
IRPJ e CSSL	128	-	128	278	-	278
Parcelamento ICMS a recolher	921	-	921	957	897	1.854
Diferimento ICMS (PROVIN)	2.241	2.284	4.525	3.345	2.113	5.458
REFIS IV (a)	1.680	6.362	8.042	3.699	5.515	9.214
INSS retido	399	-	399	366	-	366
ISS retido	213	-	213	99	-	99
Outros	-	-	-	92	-	92
Total	16.325	8.646	24.971	22.885	8.525	31.410

	Consolidado					
	2011			2010		
	Não		Total	Não		Total
Circulante	circulante	Circulante		circulante		
ICMS	10.712	-	10.712	12.111	-	12.111
PIS e COFINS	46	-	46	1.954	-	1.954
IRPJ e CSSL	169	-	169	317	-	317
Parcelamento ICMS a recolher	921	-	921	957	897	1.854
Diferimento ICMS (PROVIN)	2.241	2.284	4.525	3.345	2.113	5.458
REFIS IV (a)	1.680	6.362	8.042	3.699	5.515	9.214
INSS retido	399	-	399	393	-	393
ISS retido	215	-	215	101	-	101
Outros	-	-	-	127	-	127
Total	16.383	8.646	25.029	23.004	8.525	31.529

(a) REFIS – Programa de Recuperação Fiscal

Em 27 de maio de 2009, através da Lei 11.941/09, o Governo Federal aprovou o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, que veio a permitir às empresas a oportunidade de regularizar seus débitos mediante um sistema especial de pagamentos e de parcelamentos, das suas obrigações fiscais e previdenciárias existentes até 30 de novembro de 2008.

A J. Macedo S.A. formalizou em 19 de novembro de 2009 sua opção pelo Programa de Recuperação Fiscal instituído pelo Governo Federal para a quitação de impostos e contribuições sociais, atendendo todos os requisitos da referida Lei.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Tributos a recolher--Continuação

(a) REFIS – Programa de Recuperação Fiscal--Continuação

Em 29 de junho de 2011, a Receita Federal consolidou a dívida da Companhia, totalizando R\$ 57.966, que, após a redução legal de R\$ 14.302 e compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, no montante de R\$ 20.621, resultou numa dívida líquida de R\$ 19.348.

O saldo atualizado da dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 19.459, que deverá ser parcialmente liquidado com o saldo de correspondentes depósitos judiciais, no valor de R\$ 11.417, também atualizados até esta data, reduzindo esta obrigação para R\$ 8.042, após a compensação dos referidos depósitos.

(b) Os montantes a pagar no longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
2012	-	3.423
2013	3.964	414
A partir de 2014	4.682	4.688
	8.646	8.525

19. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Adiantamentos decorrentes de acordos contratuais	11.477	15.781	11.477	15.781
Contas a pagar antigos acionistas da Chiarini (a)	10.624	12.063	10.624	12.063
Outros	11.518	10.089	11.518	10.089
	33.619	37.933	33.619	37.933
Circulante	(24.832)	(27.197)	(24.832)	(27.197)
Não circulante	8.787	10.736	8.787	10.736

- a) Refere-se ao saldo a pagar pela aquisição da Chiarini, conforme descrito na Nota 13. Esse valor vem sendo pago em parcelas mensais, com vencimento final em 5 de janeiro de 2017. Sobre o saldo devedor, parte incide a variação do IGPM e parte a variação do CDI.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em vários processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios.

A Administração da Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia e suas controladas.

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para contingências:

	Tributárias (a)	Trabalhista (b)	Cível (c)	Saldo líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2009	7.582	3.733	4.025	15.340
Provisões	1.197	1.927	15	3.139
Reversão de provisões	(2.897)	(195)	(2.349)	(5.441)
Transferência para o Refis IV	(1.480)	-	-	(1.480)
Pagamentos/ Depósitos	(212)	(1.970)	(1.103)	(3.285)
Encargos financeiros	385	-	449	834
Saldo em 31 de dezembro de 2010	4.575	3.495	1.037	9.107
Provisões	2.120	1.917	636	4.673
Reversão de provisões	(1.662)	(1.134)	(588)	(3.384)
Transferência para o Refis IV	(219)	-	-	(219)
Pagamentos/ Depósitos	-	(536)	-	(536)
Encargos financeiros	575	445	50	1.070
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.389	4.187	1.135	10.711

a) Tributárias

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia figurava como ré em ações de natureza tributária administrativa e judicial, cujo valor em contingência é de R\$ 162.270 (2010: R\$ 143.701), que (i) R\$ 5.389 (2010: R\$ 4.575) referem-se à chance provável de perda, em diversas ações e outras provisões para as quais ainda não existe ação judicial; (ii) R\$ 114.175 (2010: R\$ 75.437) referem-se à chance possível de perda em diversas ações e (iii) R\$ 42.706 (2010: R\$ 68.028) referem-se à chance remota de perda em diversas ações.

Do total das contingências tributárias R\$ 77.112 (2010: R\$ 61.772) é relativo a tributos federais; R\$ 83.049 (2010: R\$ 81.550) é relativo a impostos estaduais e R\$ 2.109 (2010: R\$ 379) é relativo a tributos municipais.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para contingências--Continuação

b) Trabalhistas

As principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra a Companhia referem-se a horas extras e seus encargos, diferenças salariais decorrentes de equiparações e ações de indenização por dano material e moral decorrentes de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional.

Em 31 de dezembro de 2011, existiam diversas ações judiciais trabalhistas em andamento. O valor total envolvido nestas ações trabalhistas é de aproximadamente R\$ 24.521 (2010: R\$ 23.304). Do valor total da contingência na esfera judicial, estima a Administração da Companhia que (i) R\$ 4.187 (2010: R\$ 3.495) referem-se à chance provável de perda; e (ii) R\$ 15.154 (2010: R\$ 15.390) referem-se à chance possível de perda.

Em 31 de dezembro de 2011, os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas e recursais totalizavam o montante de R\$ 3.904 (2010: R\$ 2.822).

c) Cíveis e administrativas

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia era ré em ações de natureza cível administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 8.447 (2010: R\$ 7.411). Do total da contingência, estima a Administração da Companhia que (i) R\$ 1.135 (2010: R\$ 1.037) referem-se à chance de perda provável; e (ii) R\$ 6.503 (2010: R\$ 5.745) referem-se à chance possível de perda.

A maior parte das ações nas quais a Companhia figura como ré envolve questões usuais e inerentes à atividade comercial e refere-se, sobretudo a ações indenizatórias, representantes comerciais, ações de cobrança fundadas em motivos variados, entre outros.

21. Subvenções governamentais (Controladora)

a) ADENE (Âmbito Federal)

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: (i) Redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos desde o ano 2008 até 2017, na industrialização de trigo e fabricação de massas alimentícias, para as unidades de Cabedelo, Maceió e Fortaleza. Para a unidade de Salvador a Companhia é beneficiária de incentivo fiscal, com redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos desde o ano de 2008 até 2017, na fabricação de massas alimentícias, e redução de 12,5% a partir do ano de 2009 até 2013 na industrialização de trigo e seus derivados. Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da modernização total de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais são reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração. No presente exercício a Companhia não apurou base tributável para o lucro da exploração.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Subvenções governamentais (Controladora)--Continuação

b) Estado do Ceará

A unidade de Fortaleza da J. Macêdo S.A. é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas – PROVIN, que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento, durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até dezembro de 2014. O pagamento do ICMS diferido equivale a 15% da parcela, com atualização pela TJLP ao término do período de carência de 24 meses, sendo a diferença (85%) registrada no resultado do exercício, como redutora da conta de despesa (ou custo) do ICMS.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, este incentivo fiscal totalizou R\$ 12.616 (2010: R\$ 11.610).

c) Estado da Bahia

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica (“DESENVOLVE”), conforme Resolução do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE nº 43, de 17 de março de 2005, e modificações posteriores dadas pelas Resoluções nº 86, de 1º de novembro de 2006, nº 96, de 30 de agosto de 2008 e nº 59, de 26 de agosto de 2009.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais relativos ao ICMS, mediante a dilação do prazo para o seu pagamento em até 72 (setenta e dois) meses. Ademais, as regras do DESENVOLVE foram concedidas à J. Macêdo até fevereiro de 2017.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, este incentivo fiscal totalizou R\$ 11.319 (2010: R\$ 12.784).

d) Estado de Alagoas

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas (“PRODESIN”), conforme Decreto nº 4.283, de 11 de janeiro de 2010.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais mediante a devolução do ICMS retido por substituição tributária nas operações de entrada de farinha de trigo e misturas de farinha de trigo utilizadas como matéria prima por estabelecimento industrial fabricante incentivado pelo PRODESIN, tanto para a fabricação de massas alimentícias quanto para a fabricação de farinha doméstica para utilização do consumidor final, em seu limite legal de 57,98%.

Os Incentivos Governamentais ora concedidos terão prazo de fruição de 15 (quinze) anos, contados da publicação do decreto concessivo, na forma prevista na Lei 5.671/1995 e suas alterações e no Decreto 38.394/2000 e suas alterações.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, este incentivo fiscal totalizou R\$ 1.334 (2010: R\$ 1.164).

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Subvenções governamentais (Controladora)--Continuação

e) Estado da Paraíba

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba ("FAIN").

O Governo do Estado da Paraíba, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários da unidade industrial na cidade de Cabedelo - PB. O benefício consiste na concessão de um desconto de 27,27% do valor do ICMS devido ao Estado da Paraíba nos termos do artigo 4º, inciso II do Decreto 21.728/01, suas alterações e revogado pelo Decreto nº 31.382/10, publicado no DOE de 25.06.10. O desconto é operado mediante o Regime Especial, em valor correspondente à subvenção pactuada.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, este incentivo totalizou R\$ 831.

Em decorrência da Companhia não ter tido lucro no exercício de 2011, suficiente para constituir a totalidade da reserva de incentivos fiscais, será constituída a reserva de incentivos fiscais com lucros futuros, antes da destinação ao pagamento de dividendos, relativas aos incentivos citados abaixo nos seguintes valores:

	Benefício de Incentivos fiscais			Reserva de lucros: Incentivos fiscais	
	Federais	Estaduais	Total	Constituída	A constituir
2008	1.259	23.097	24.356	(24.356)	-
2009	-	24.273	24.273	(24.273)	-
2010	-	25.558	25.558	(16.442)	9.116
2011	-	26.100	26.100	(29.591)	(3.491)
Total	1.259	99.028	100.287	(94.662)	5.625

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social subscrito e integralizado, estava representado conforme quadro abaixo:

	2011	2010
Capital social – em Reais mil	197.873	197.873
Ações nominativas - quantidade:		
Ordinárias	11.496.411	11.496.411
Preferenciais classe A	10.334.449	10.334.449
Preferenciais classe B	1.337	1.337
	21.832.197	21.832.197

As ações são indivisíveis em relação à Companhia. A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto.

As ações preferenciais Classe “B”, foram subscritas com recursos do “Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR”, e a elas é assegurada participação integral nos resultados.

As ações preferenciais não terão direito de voto; as ações preferenciais classe “B” farão jus às seguintes vantagens patrimoniais: (a) dividendo fixo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano sobre o quociente resultante da divisão do montante do capital social pelo número de ações emitidas excluindo as ações em tesouraria; e (b) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia.

As ações preferenciais adquirirão direito de voto se a Companhia, por mais de três exercícios, não distribuir os dividendos fixos a que têm direito.

b) Capital autorizado

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital, em uma ou mais parcelas, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 200.000.000 de ações. A Companhia, dentro do limite de capital autorizado, poderá por deliberação da Assembléia Geral, aprovar plano de outorga de compra de ações a seus administradores e empregados e aqueles que prestem serviços às sociedades do seu controle.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reserva de capital – Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais, decorrentes da isenção do imposto de renda registrado como reserva de capital até o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R\$ 601. Conforme Lei 11.638/07, a partir de 1º de janeiro de 2008 esses incentivos passaram a ser registrados como redutor da despesa de imposto de renda.

d) Reserva de lucros - Incentivos fiscais

Refere-se ao incentivo fiscal de redução do imposto de renda e ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias, conforme comentado na Notas 2.6 e 21.

e) Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é realizado na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial. O ajuste de avaliação patrimonial reflexa representa a participação da Companhia sobre as mais valias contabilizadas por sua controlada Pico da Caledônia.

f) Destinação do lucro

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal limitada a 20% do capital social.
- 25%, a título de dividendos conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.
- O saldo, se houver e salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, será destinado à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais nos termos de proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembléia Geral, e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido--Continuação

	Controladora	
	2011	2010
Lucro líquido do exercício	30.507	17.533
(-) Reserva legal – 5%	(1.526)	(877)
	28.981	16.656
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	610	(214)
(-) Reservas de lucros: incentivos fiscais	(29.591)	(16.442)
Base de cálculo dos dividendos	-	-

Em 30 de abril de 2010, foi aprovado em AGO/AGE, a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 14.367, relativos ao lucro líquido remanescente do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

23. Receita operacional bruta

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita operacional bruta	1.399.315	1.346.589	1.400.921	1.347.479
Impostos, descontos e abatimentos	(173.289)	(166.957)	(173.942)	(167.577)
	1.226.026	1.179.632	1.226.979	1.179.902

24. Custos e despesas operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por função e natureza de gastos:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Por função:				
Custos dos produtos vendidos	(840.882)	(809.904)	(840.495)	(808.941)
Despesas com vendas	(222.125)	(235.858)	(222.125)	(235.858)
Despesas gerais e administrativas	(94.930)	(95.939)	(95.443)	(96.144)
Depreciação e amortização	(12.660)	(11.420)	(12.841)	(11.420)
	(1.170.597)	(1.153.121)	(1.170.904)	(1.152.363)
Por natureza:				
Matéria prima	(567.254)	(527.382)	(567.254)	(527.382)
Embalagens	(78.743)	(77.969)	(78.743)	(77.969)
Pessoal	(140.894)	(137.772)	(140.894)	(137.772)
Fretes e carretos	(63.357)	(68.488)	(63.357)	(68.488)
Serviços terceiros	(108.215)	(108.397)	(108.215)	(108.397)
Depreciação e amortização	(24.206)	(19.818)	(24.387)	(18.858)
Outros	(187.928)	(213.295)	(188.054)	(213.497)
	(1.170.597)	(1.153.121)	(1.170.904)	(1.152.363)

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Venda de ativos	379	6.803	379	6.783
Ganhos decorrentes da variação no valor justo das propriedades para investimentos (Nota 10)	6.000	-	6.000	-
Custos dos estoques reconhecidos como despesa	(1.541)	(5.229)	(1.541)	(5.229)
Provisão para contingências	(1.350)	2.302	(1.350)	2.302
Outras despesas	(4.164)	(65)	(4.144)	(60)
Total de outras despesas, líquidas	(676)	3.811	(656)	3.796

26. Despesas financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Despesas de juros	(19.877)	(18.685)	(18.423)	(17.329)
Variações monetárias e cambiais passivas	(8.976)	(3.088)	(8.976)	(3.088)
Outras despesas financeiras	(1.316)	(901)	(1.316)	(901)
Descontos concedidos	(1.254)	(2.405)	(1.254)	(2.405)
Tarifas bancárias	(1.469)	(1.716)	(1.469)	(1.716)
IOF	(232)	(253)	(232)	(253)
Total das despesas financeiras	(33.124)	(27.048)	(31.670)	(25.692)
Receitas de juros	7.246	8.099	7.278	8.114
Descontos obtidos	703	2.384	703	2.384
Ganho com swap	5.631	-	5.631	-
Variações monetárias e cambiais ativas	2.413	3.587	2.413	3.587
Outras receitas financeiras	233	596	233	596
Total das receitas financeiras	16.226	14.666	16.258	14.681
Resultado financeiro líquido	(16.898)	(12.382)	(15.412)	(11.011)

27. Benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Ordenados e salários	(52.469)	(51.823)	(53.001)	(52.376)
Custos de previdência social	(22.461)	(22.929)	(22.546)	(23.138)
Participação nos resultados (Nota 5)	(5.624)	(1.020)	(5.624)	(1.020)
Total	(80.554)	(75.772)	(81.171)	(76.534)

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Compromissos e contingências

Compromissos de arrendamento mercantil operacional – Companhia como arrendatário

A Companhia contratou arrendamentos comerciais para determinados veículos motores, maquinários, prédios comerciais e unidades industriais. Esses arrendamentos têm prazo médio entre três e cinco anos, com e sem previsão contratual para opção de renovação. A contratação desses arrendamentos não sujeita a Companhia a restrições.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro de 2011 estão demonstrados na Nota 12.

Arrendamento mercantil financeiro e compromissos de arrendamento

A Companhia contratou arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento para vários itens do imobilizado. Esses arrendamentos têm prazos de renovação, mas não contemplam opções de compra e cláusulas de reajuste de preço. As renovações ficam à opção da entidade que contratou o arrendamento. Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, estão demonstrados na Nota 12.

Processo judicial e passivos contingentes

A Companhia e sua controlada são partes em diversas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, para as quais são contabilizadas provisões para contingências quando o risco de perda é considerado provável, conforme divulgado na Nota 20.

Garantias

A Companhia e sua controlada forneceram as seguintes garantias em 31 de dezembro de 2011, conforme divulgado nas Notas 3, 5, e 12.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Instrumentos financeiros e objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

a. Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)

Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, operação de “swap” contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários, debêntures e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Valor contábil		Valor justo	
	2011	2010	2011	2010
Ativos financeiros				
Contas a receber de clientes	85.969	76.648	85.969	76.648
Bancos conta movimento	3.709	5.750	3.898	5.813
Aplicações financeiras	86.641	68.841	86.946	69.158
Operação de “swap”	5.631	-	5.631	-
	181.950	151.239	182.444	151.619
Passivos financeiros				
Contas a pagar a fornecedores	41.154	41.227	41.154	41.227
Empréstimos e financiamentos	156.919	120.880	156.919	120.880
Debêntures	-	30.434	-	30.434
Arrendamento mercantil	12.685	12.986	12.685	12.986
	210.758	205.527	210.758	205.527

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Instrumentos financeiros e objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas referem-se a empréstimos, contas a pagar e outras contas a pagar e contratos de garantia financeira. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia e suas controladas. A Companhia possui contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de um Comitê de Finanças que presta assessoria em riscos financeiros e estrutura de governança em riscos financeiros apropriada para a Companhia. O Comitê de Finanças fornece garantia à alta Administração da Companhia de que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e disposição para risco da Companhia.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida existentes em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade:

- A sensibilidade do balanço patrimonial refere-se a instrumentos de dívida disponíveis para venda.
- A sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Instrumentos financeiros e objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis, em especial TJLP.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. A política da Companhia é manter entre 5% e 35% de seus empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas de juros.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis). Com relação ao patrimônio da Companhia, existe apenas um impacto não significativo.

	Aumento/redução em %	Efeito no lucro antes da Tributação
2011		
Reais	+20	2.526
Reais	-20	(2.526)
2010		
Reais	+20	3.737
Reais	-20	(3.737)

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais e empréstimos em moeda estrangeira da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda sua funcional).

Para os empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia contrata operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo "swap". As operações de "swap" consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI pós-fixado.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Instrumentos financeiros e objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

31 de dezembro de 2011	Faixas de vencimento	Valor contratado	Valor justo	Resultado
Risco de taxa de câmbio				
Contratos a termo:				
Contrato de swap Citibank	De 26/10/2011 a 11/07/2014	30.371	4.732	4.732
Contrato de swap Itaú	De 05/12/2011 a 05/12/2013	20.000	899	899
	Total		5.631	5.631
	Circulante		690	
	Não circulante		4.941	

Sensibilidade a taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação (devido a variações no valor justo de ativos e passivos monetários).

	Variação na taxa US\$	Efeito no lucro antes da tributação
2011	+20%	1.313
	-20%	(1.313)
2010	+20%	618
	-20%	(618)

Risco de preço de commodities

A Companhia é afetada pela volatilidade dos preços de certas commodities. Suas atividades operacionais requerem aquisição contínua de trigo e açúcar para produção em continuidade de farinhas, massas, misturas para bolo, biscoitos e sobremesas. Devido ao aumento significativo dos preços dessas commodities, a Companhia desenvolveu e implantou uma estratégia para a gestão de risco de preço de commodities, visando mitigar esse risco.

A Companhia monitora ativamente a variação do preço do trigo e do açúcar nos mercados internacional e doméstico, mantendo cobertura de estoques dos seus principais insumos, ajustando suas políticas de preços aos movimentos de mercado.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Instrumentos financeiros e objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia contava com quinze clientes (2010: quinze clientes) que deviam a Companhia mais de R\$ 1.200 cada e eram responsáveis por 31% (2010: 36%) de todos os recebíveis. Cinco clientes (2010: cinco clientes) apresentavam saldos superiores a R\$ 2.390, sendo responsáveis por 15% (2010: 19%) dos valores a receber.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, o risco de perda é avaliado coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nesta Nota. A Companhia conta com garantias para aproximadamente 50% de sua exposição de crédito dos clientes do Canal Distribuidores.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação do Comitê de Finanças da Companhia. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é o valor registrado como demonstrado nesta Nota, com exceção das garantias financeiras.

J. MACÊDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Instrumentos financeiros e objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

A política da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais, pertencentes à família Macêdo, representadas por pessoas jurídicas e físicas.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não ocorreram alterações no capital social da Companhia. Além disso, não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

30. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía as seguintes coberturas de seguros:

<u>Modalidade:</u>	<u>2011</u>
Danos elétricos	800
Vendaval	22.100
Incêndios, raios, explosões e queda de aeronaves	110.500
Lucros cessantes decorrentes de incêndios, vendaval, danos elétricos, tumultos, quebras de máquinas e equipamentos	116.673
	250.073

A Administração da Companhia entende que as coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques, são consideradas suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas. Não fez parte do escopo de exame dos auditores, a suficiência dessa cobertura.